

Quem se importa?

LÚCIA RABELLO DE CASTRO

O GLOBO

Mais de 600 mil crianças no Município do Rio de Janeiro não vão à escola há quase três meses. A greve dos funcionários públicos municipais, encampada pelos professores, polarizou entre Governo e servidores públicos a decisão de como e quando resolver o impasse. Entretanto, empachadas no privilégio supostamente inquestionável de responder pela educação pública, as duas partes parecem empacar, enquanto medra a trama insólita sobre a educação pública em nosso país. Quem cuida? Quem se importa?

De um lado, a falência financeira do Município do Rio de Janeiro atingiu basicamente setores como a educação e a saúde. Nesses setores a longa paralisação dos funcionários, dimensionada por efeitos nem sempre passíveis de contabilização, parece que se incorporou ao cotidiano mal-ajambrado da cidade. Mais ainda, a paralisação das aulas nas escolas públicas ainda não causa a comoção social necessária, para que a opinião pública clame e pressione o Governo para uma solução já.

Se, em vez de falta de aulas, o nosso lixo se amontoasse à nossa porta por um mês sequer sem ser recolhido, ou se nos faltasse água ou luz por algumas semanas, certamente o furor e a turbulência social resultantes correriam para um desembaraço rápido na disputa entre Governo e funcionários públicos.

Infelizmente, os danos causados à sociedade por uma greve no setor educacional público que se arrasta por quase três meses transcendem a tranquilidade do dia-a-dia. Tais danos vazam para a argamassa social que constituirá a sociedade brasileira dos nossos filhos e netos. O **ethos** individualista não nos permite enxergar que, somadas às dificuldades destas crianças que hoje não podem frequentar a esco-

la, os custos de uma sociedade menos instruída serão eventualmente socializados e arcados por todos nós. O que é hoje a consciência obnubilada, amanhã será a nostalgia deslumbrada e empedernida do "fora do Brasil antes que tarde".

Quando ainda neste ano o aumento das mensalidades nas escolas particulares mordeu o bolso de uma pequena parcela da população, sobejaram notícias e destaques nos meios de comunicação. Valeu que a estudantada bem-nascida saísse às ruas para denunciar a unilateralidade das decisões dos donos de escolas particulares. Foi fartamente noticiada nos meios de comunicação a mobilização da sociedade civil, organizada em torno das associações de pais, sindicatos de estabelecimentos de ensino particular e outras organizações. As negociações encetadas demonstraram a possibilidade de que o debate amplo, compartilhado por todos os interessados na questão, possa ser um caminho a se explorar em pendências futuras.

No caso da greve dos professores do ensino público municipal do Rio de Janeiro estão em questão mais de 600 mil crianças. A truculência da situação parece esvair-se frente à complacência e à sonolência social com que tal fato parece ser tratado. A fragilidade das associações de pais da rede pública de ensino — agremiados nos chamados CECs (Conselhos Escola-Comunidade) — elimina as possibilidades de contranitência ao **statu quo**.

Enfraquecidas as resistências dentro da sociedade, restam poucos com quem contar. A retórica corporativista-partidária vigente nas associações de profissionais da educação parece ser um malogrado arremedo da consciência trabalhista no contexto específico da relação patrão-empregado. Aqui, basta lembrar a determi-

nação malfadada dos professores de não reposição das aulas.

Em primeiro lugar, há que se refletir em que medida, e de que maneira, a posição de servidor público é assimilável à de empregado na empresa capitalista. A singularidade da posição de servidor público é preservada pelos benefícios que a lei lhe outorga, garantindo-lhe um emprego com estabilidade, além de licenças e prêmios de que não usufruem demais trabalhadores. A um número de vantagens e regalias corresponde, naturalmente, outro tanto de responsabilidades sociais. Por isso mesmo, há que se sublinhar, em segundo lugar, que não é por acaso que o Estado resguarda para si o dever de implementar e desenvolver determinadas atividades sociais. Estas atividades compreendem setores de grande importância na organização social, nos quais deveria vigorar a ética do serviço público, ou seja, a consciência de ser agente do Poder Público, da sociedade legitimamente representada, para a consecução do bem comum.

Ressalvada a especificidade imanente à posição de professor da rede pública de ensino, parece difícil encargar a consciência simplista da reivindicação de direitos adquiridos por parte desta categoria, através da paralisação total das atividades nas escolas; sobretudo quando no contexto político atual fica patente a ineficácia desta estratégia. Ou ainda, quando a estratégia adotada pune e massacra o bem comum — a educação de crianças — com o que os professores deveriam ser os primeiros a se importar.

Lúcia Rabello de Castro é professora do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com doutorado pela Universidade de Londres, e autora da tese sobre a consciência ocupacional do magistério público no Brasil.